



BALANÇO E ENTREGAS

4º Reunião Ordinária do Conselho Federal de Participação Social

25 e 26 de março/2026



CASA CIVIL



Recursos - Governo Federal (em R\$)

49,08 bi

Responsabilidade da União

19 ministérios
+
vinculadas

Recurso sob gestão do BNDES

 **7,8 bi**

Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (IPCTs)

 **3,75 bi**

Programa de Transferência de Renda

 **6,5 bi**

Programa de Retomada Econômica

 **576 mi**

Assistência Social
512 mi para municípios

 **12 bi**

Saúde: 1,8 bi – municípios + 50% rendimentos fundo perpétuo de 8,4 bi

 **5,69 bi**

Fundo Social – 5 bi
Assistência Técnica Independente (ATI) – 690 mi

 **2,3 bi**

Infraestrutura de mobilidade (BR-262)

 **1 bi**

Prevenção e mitigação de riscos na mineração

 **1,5 bi**

Reparação e fortalecimento da atividade pesqueira

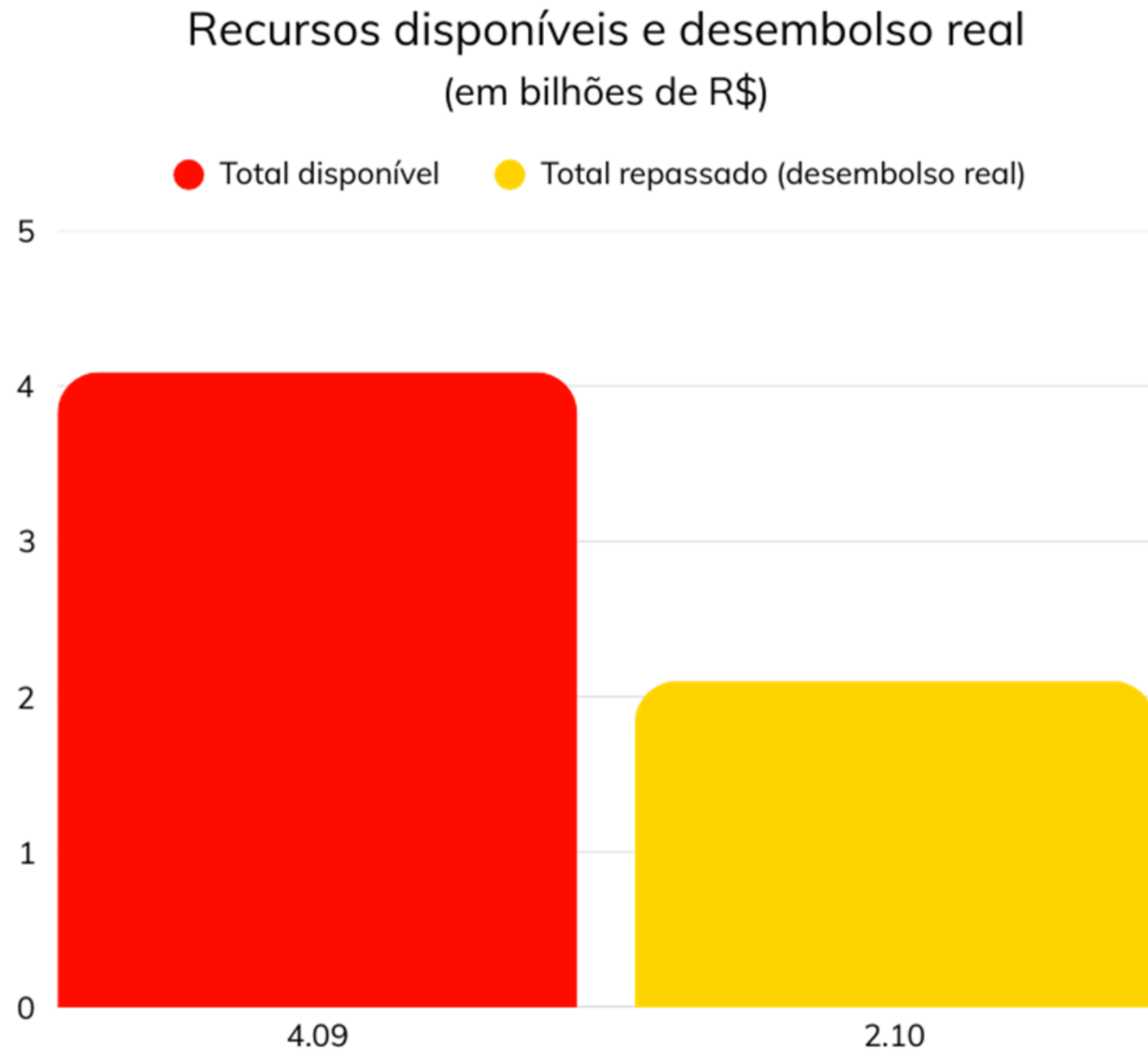
 **8,13 bi**

Ações ambientais

 **493 mi**

Reembolso à previdência

Execução financeira - Fundo Rio Doce (FRD)



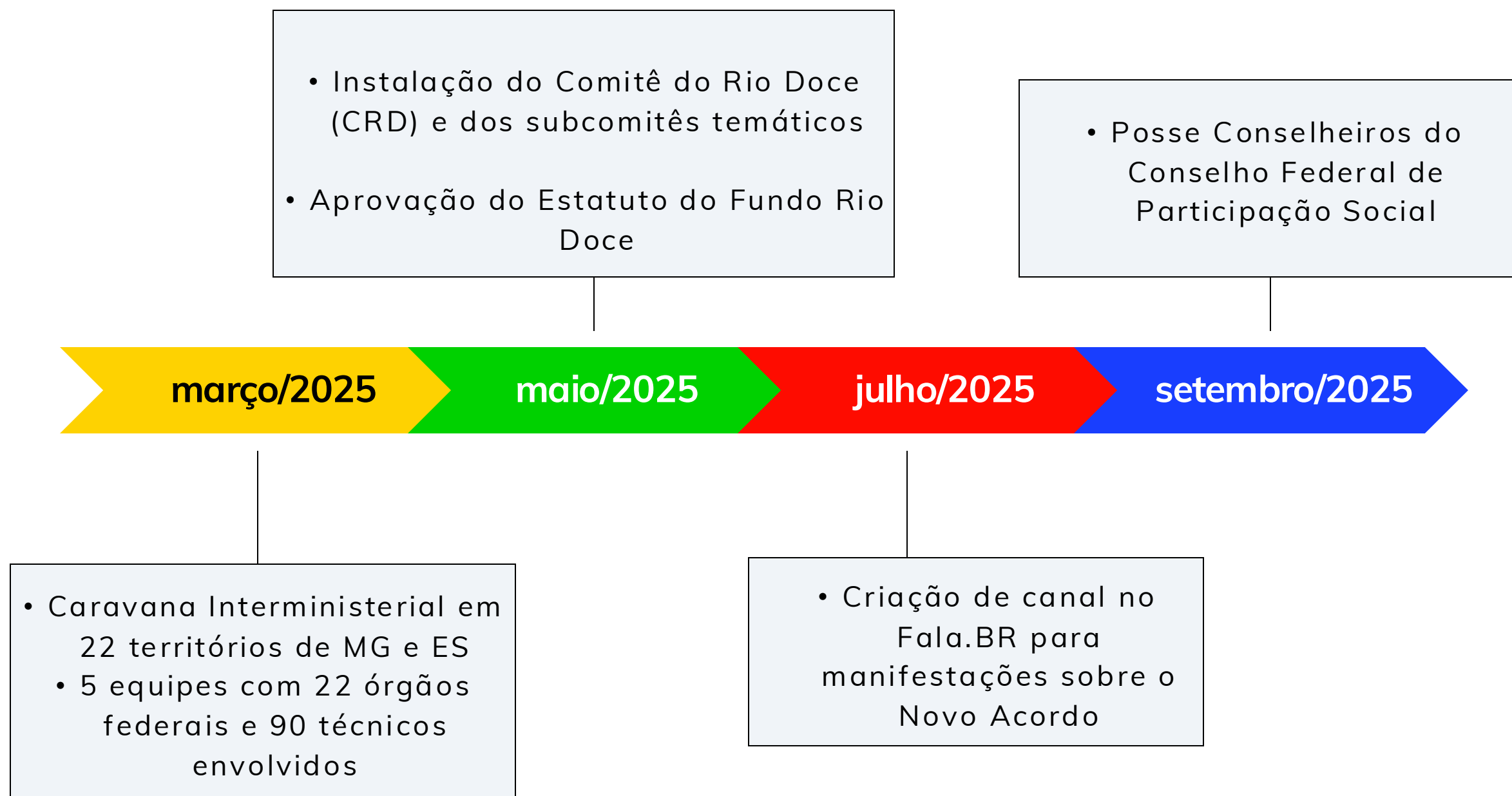
Posição até 28/02/2026.

R\$ 5,82 bilhões
Total aportado

R\$ 508,4 milhões
Rendimento financeiro

Implementação do Novo Acordo Rio Doce

Linha do tempo - Marcos políticos e institucionais



Implementação Novo Acordo Rio Doce

Linha do tempo - Marcos operacionais e aprovações de projetos no CRD

- Projetos estruturantes do PRE Rural (Anexo 5)
 - Planos Municipais de Saúde (Anexo 8)
 - Plano Nacional de Saúde (Anexo 8)
- Projetos Consulta aos garimpeiros e fiscadores (do Anexo 3)
 - Contratação ATIs territoriais

- Projeto Consulta aos indígenas (Anexo 3)
 - Projeto Consolidação UCs (Anexo 17)
- Projeto prevenção e repressão extração irregular recursos minerais (Anexo 14)
- Projeto Transformação digital e painel de barragens (Anexo 14)
 - Projeto ATIs Mariana e Barra Longa (Anexo 6)
 - Projetos estruturantes do PRE Rural (Anexo 5)

jun/2025

set-out/2025

jan/2026

fev/2026

mar/2026

- Aprovação dos modelos de repasse e execução financeira
- Projeto PTR Rural e Pesca (Anexo 4)
- Projeto Fortalecimento SUAS (Anexo 7)
- Contratação emergencial ATIs Mariana e Barra Longa

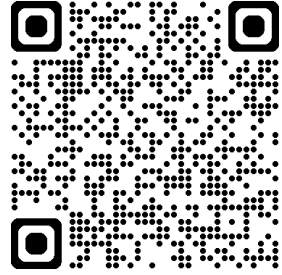
- Projeto consulta aos quilombolas (Anexo 3)
- Projeto contratação de ATIs – IPCTS Degredo e Garimpeiro (Anexo 6)

- Edital participativo e comunitários
 - Projeto CFPS (Anexo 6)
- Projeto rede de pesquisa em saúde
 - Projeto saúde quilombola e PCTs (Anexo 8)

Estruturação, governança e gestão financeira do Fundo Rio Doce

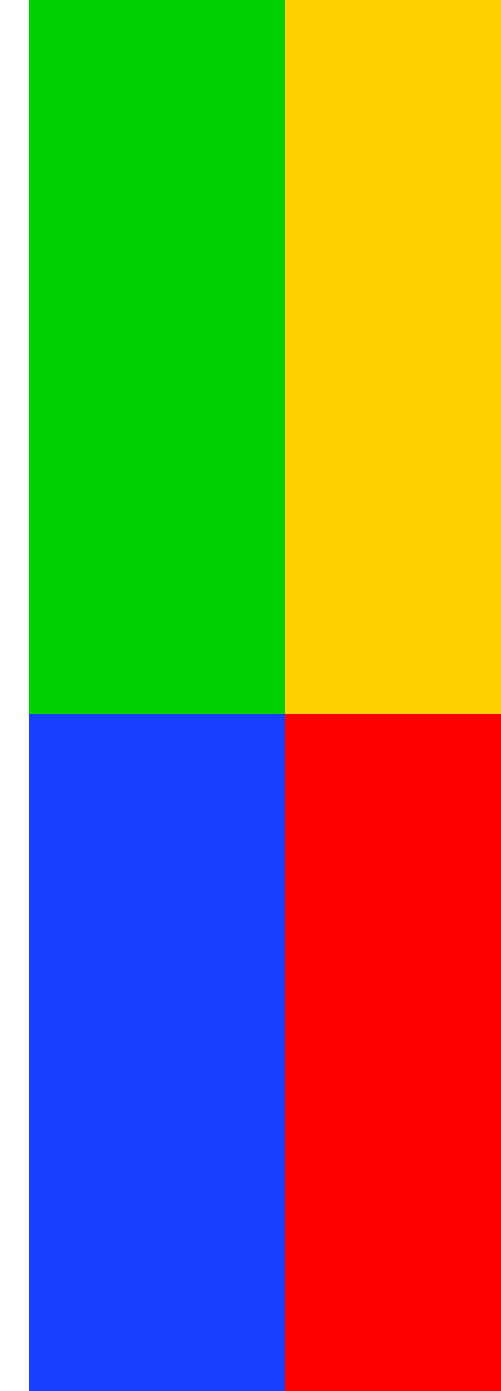
Principais marcos de estruturação	<ul style="list-style-type: none">• Decreto nº 12.412/2025 - regulou Fundo Rio Doce e governança.• CNPJ e Estatuto do FRD aprovados.• Comitê do Rio Doce e Subcomitês temáticos criados.• Diálogo interfederativo e seminários integrados realizados.• Filial do BNDES instalada em Belo Horizonte-MG.• Conselho Federal de Participação Social instituído.
Gestão financeira (até fev/2026)	<ul style="list-style-type: none">• Total aportado: R\$ 5,82 bilhões.• Rendimentos: R\$ 508,4 milhões.• Repasses realizados: R\$ 2,1 bilhão.

Transparência e acesso à informação

 	<ul style="list-style-type: none">• Portal da Presidência: notícias e transparência do Acordo. https://www.gov.br/planalto/pt-br/novo-acordo-do-rio-doce
 	<ul style="list-style-type: none">• Página do BNDES: Governança e transparência do FRD https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-rio-doce
 	<ul style="list-style-type: none">• Canal Fala.BR: para manifestações da sociedade. www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/07/governo-federal-amplia-escuta-da-populacao-atingida-pelo-rompimento-da-barragem-do-fundao-com-o-fala.br
 	<ul style="list-style-type: none">• Comitê Interfederativo (CIF): repositório dos relatórios técnicos e científicos disponibilizados. https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/cif



DESTAQUES POR ANEXO



Anexo 3 - Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (IPCTs)

Ministérios responsáveis: MDA, MPI e MIR

Total anexo: R\$ 7,8 bi

Aportado: R\$ 748,5 mi

Repassado: R\$ 4,4 mi

PROJETOS APROVADOS

Consulta aos garimpeiros e fiscadores (MDA com IPEAD/UFMG)

Consulta às comunidades quilombolas (MIR com UFES/FEST)

Consulta aos povos indígenas (MPI com IFES/Facto)

DESTAQUES

- União revisou as listas dos IPCTs para os auxílios retroativos e prospectivos do ASE/AFE: repasse por unidade familiar de 1 salário mínimo, acrescido de 20% por dependente e uma cesta básica, correspondente ao período entre a data do rompimento e a homologação do Acordo. Até dez/2025, R\$ 1 bi pagos para 6.882 pessoas.
- ATIs ASPERQD (quilombolas de Degredo) e Agita (garimpeiros) contratadas pela Anater. ATI de Santa Efigênia (quilombolas) e dos Fiscadores já selecionadas. Seleção das demais ATIs dos IPCT em andamento.
- Processo de consulta aos IPCT em andamento

Anexo 4 - Programa de Transferência de Renda

Ministérios responsáveis: MDA e MPA

Total anexo: R\$ 3,75 bi

Aportado: R\$ 698,7 mi

Repassado: R\$ 953,4 mi



GESTÃO

- **PTR Rural: gestão pela Anater**

Acompanhamento via aplicativo e canais de atendimento para requerimentos e consultas

Aplicativo: ptr.rural.mda.gov.br

Mais informações:

[PTR RURAL — Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar](#)

- **PTR Pesca: gestão pelo MPA**

Identificada necessidade de contratação de instituição de apoio à gestão

Mais informações:

[Programa de Transferência de Renda \(PTR\) — Ministério da Pesca e Aquicultura](#)
[PTR Pesca](#)

DESTAQUES

Apoio financeiro a agricultores familiares e pescadores artesanais por até 48 meses.

- 1,5 salário mínimo por atingido por até 36 meses;
- 1 salário mínimo mensal por mais 12 meses.

36 mil beneficiários atendidos

- 22 mil pescadores artesanais
- 14 mil agricultores familiares

9 parcelas já pagas - Mais de R\$ 500 mi desembolsados pelo FRD

NOVO ACORDO
RIO DOCE

CASA CIVIL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Anexo 5 - Programa de Retomada Econômica

EIXO 2 - RURAL

Ministérios responsáveis: MDA e MAPA (gestão Anater)

Total anexo: R\$ 2,5 bi

Aportado: R\$ 362,8, mi

Repassado: R\$ 50,3 mi

PROJETOS APROVADOS

- **ProDoce: Protocolos de Recuperação de Solos para Produção na Bacia do Rio Doce**

Visa promover a reabilitação produtiva, a partir de práticas de manejo do solo por protocolos de recuperação e monitoramento, além da implantação de Unidades Demonstrativas de produção sustentável e viveiros experimentais. Período de execução: 3 anos e 4 meses.

- **Rio Doce Sustentável: Construindo as Bases para a Retomada Econômica**

Visa promover a regularização fundiária e ambiental e a retomada econômica nos 49 municípios, com 41.400 imóveis georreferenciados e cadastrados, 20 mil imóveis titulados, 10 mil agricultores no CAF e 20 mil financiamentos via PRONAF, fortalecendo a segurança jurídica, a inclusão produtiva e a paz no campo na Bacia do Rio Doce. Período de execução: 10 anos

- **Retomada Econômica e Agroecológica dos Assentamentos do Rio Doce**

Visa promover a reestruturação produtiva agroecológica dos assentamentos da Bacia do Rio Doce, por meio da elaboração de 360 projetos técnicos familiares e 20 projetos técnicos coletivos para produção e comercialização coletiva, além de mecanização, agroindustrialização, implantação de quintais produtivos, fábrica de bioinsumos e estruturação de logística de transporte, fortalecendo cooperativas da reforma agrária. Período de execução: 2 anos

Anexo 5 - Programa de Retomada Econômica

EIXO 2 – RURAL (CONTINUAÇÃO)

Ministérios responsáveis: MDA e MAPA (gestão Anater)

PROJETOS APROVADOS

- **Rio Doce Semear Digital: Desenvolvimento rural com transformação digital**

Visa a transformação digital no campo, com seis Distritos AgroTecnológicos, capacitação digital e inovação, executada pela Embrapa.

Período de execução: 3 anos.

- **Florestas produtivas com barraginhas**

Visa a retomada econômica rural de baixo carbono, com florestas produtivas e barraginhas, alcançando 1.400 ha, 4,2 mil barraginhas, 4,65 mil UPAs e 10 URTs. Período de execução: 5 anos

- **Plano Integrado de Desenvolvimento Rural**

Visa estabelecer uma base técnica e estratégica para orientar as ações de reparação integral, promover o desenvolvimento rural e fortalecer a resiliência socioeconômica e ambiental da bacia do Rio Doce.

Período de execução: 1 ano.

Anexo 6 - Participação Social: Assessorias Técnicas Independentes (ATIs)

Ministério responsável: MDA (gestão Anater)

Total anexo: R\$ 5,69 bi

Aportado: R\$ 530 mi

Repassado: R\$ 78,7 mi

PROJETOS APROVADOS

2025:

- Orientações gerais para a contratação e execução das atividades das ATIs.
- Parâmetros para distribuição dos R\$ 500 milhões destinados às ATIs Gerais e dos R\$ 198 milhões para as ATIs dos IPCTs.
- Projeto de Intervenção "Contratação das ATIs do Médio e Baixo Rio Doce"
- Projeto de Intervenção "Contratação Emergencial das ATIs Cáritas (Mariana) e AEDAS (Barra Longa)"

2026:

- Projeto de Intervenção "Contratação de ATI para os IPCTs de Degredo-ES e Garimpeiros em MG"
- Projeto de Intervenção "Contratação das Assessorias Técnicas Independentes – Mariana e Barra Longa"

MONITORAMENTO DAS CONTRATAÇÕES - ATIS (até fevereiro/2026)

TERRITÓRIO	ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE	STATUS
T1 - Microrregião de Rio Casca e Adjacências (MG)	Cáritas Diocesana de Itabira	ATI contratada pela Anater
T2 - Região de influência do Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento (MG)	Cáritas Diocesana de Itabira	ATI contratada pela Anater
T3 - Vale do Aço (MG)	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS	ATI contratada pela Anater
T4 - Governador Valadares, Ilha Brava e Baguari (MG)	Cáritas Diocesana de Governador Valadares	ATI contratada pela Anater
T5 - Tumiritinga e Galileia (MG)	Centro Agroecológico Tamanduá – CAT	ATI contratada pela Anater
T6 - Conselheiro Pena (MG)	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS	ATI contratada pela Anater
T7 - Resplendor e Itueta (MG)	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS	ATI contratada pela Anater
T8 - Aimorés (MG)	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS	ATI contratada pela Anater
T9 - Baixo Guandu (ES)	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI	ATI contratada pela Anater
T10 - Colatina e Marilândia (ES)	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI	ATI contratada pela Anater
T11 - Aracruz e Serra (ES)	---	Processo de seleção de ATI em curso
T13 - Regência (ES)	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI	ATI contratada pela Anater
T14 - Povoação (ES)	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI	ATI contratada pela Anater
T15 - Linhares (ES)	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI	ATI contratada pela Anater
T16 - Macrorregião Litoral Norte Capixaba e Norte de Linhares (ES)	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI	ATI contratada pela Anater

MONITORAMENTO DAS CONTRATAÇÕES - ATIS (até fevereiro/2026)

TERRITÓRIO	ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE	STATUS
Mariana (MG)	Cáritas Regional Minas Gerais	ATI contratada pela Anater
Barra Longa (MG)	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS	ATI contratada pela Anater
Rio Doce (MG), Santa Cruz do Escalvado (MG) e o distrito de Xopotó, em Ponte Nova (MG)	Rosa Fortini	Contrato anterior vigente até maio/2026. Em processo de contratação pela Anater

MONITORAMENTO DAS CONTRATAÇÕES - ATIS IPCTS (até dezembro/2025)

TERRITÓRIO	ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE	STATUS
Degredo (ES)	Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo - ASPERQD	ATI contratada pela Anater
Garimpeiros Tradicionais (MG)	Associação dos Garimpeiros Tradicionais do Alto Rio Doce - AGITA	ATI contratada pela Anater
Caieiras Velha II (ES)	----	Processo de seleção da ATI em curso
Comboios (ES)	----	Processo de seleção da ATI em curso
Tupiniquim Guarani (ES)	----	Processo de seleção da ATI em curso
Sapê do Norte (ES)	----	Processo de seleção da ATI em curso
Povoação (ES)	----	Processo de seleção da ATI em curso
Santa Efigênia (MG)	Centro Comunitário Vila de Santa Efigênia	Entidade selecionada e em processo de contratação pela Anater
Puri (MG)	----	Processo de seleção da ATI em curso
Faiscadores (MG)	Rosa Fortini	Entidade selecionada e em processo de contratação pela Anater
Krenak (MG)	----	Processo de seleção da ATI em curso

Anexo 6 - Participação Social

Ministério responsável: SG/PR

DESTAQUES

- **Caravana Interministerial do Rio Doce:**

Realizada em março de 2025, envolveu 13 ministérios e órgãos federais. Percorreu 18 municípios e 22 territórios, com plenárias e reuniões com lideranças locais e atingidos, alcançando cerca de 11,5 mil pessoas. O objetivo foi apresentar as diretrizes do Acordo e discutir a configuração da participação social.

- **Conselho Federal de Participação Social (CFPS):**

Instituído em maio (Portaria SG/PR nº 195/2025) com posse dos conselheiros em setembro de 2025. Composição definida por editais públicos. Regimento interno aprovado em novembro. Teve três reuniões ordinárias realizadas até fevereiro de 2026 (Brasília-DF, Belo Horizonte-MG e Linhares-ES). Em janeiro de 2026 foi realizada a primeira mesa de diálogos, com cerca de 500 pessoas, em Linhares-ES.

- **Fundo Social:**

Deliberação sobre recursos do Fundo são realizadas no âmbito do CFPS. Estão previstos para 2026 dois editais: **Edital projetos comunitários** (BB/FBB) e **Edital Estruturante** (BNDES).

Anexo 7 - Assistência Social

Ministério responsável: MDS

Total anexo: R\$ 640 mi

Aportado: R\$ 29,5 mi

Repassado: R\$ 28,8 mi



PROJETO APROVADO

- **PROFORT-SUAS: Programa de Fortalecimento do SUAS no Rio Doce**

Projeto de intervenção visa repasse aos municípios e recurso destinado ao MDS para ações de capacitação e apoio federativo. Os recursos viabilizam a reestruturação de serviços, a capacitação e a ampliação de equipes, a aquisição de equipamentos e a ampliação do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social. Os municípios receberam recursos em 2025 para o plano de aplicação e precisam apresentar planos de ação detalhado para o recebimento dos recursos referentes ao ano de 2026.

Em 2025, o repasse foi efetuado da seguinte maneira:

- R\$ 25,6 mi para 49 municípios via FNAS
- R\$ 3,2 mi para União/SNAS

DESTAQUES

- Diretrizes para distribuição dos recursos do Programa foi aprovado pela Resolução 22/2025 da CIT/SUAS e Resolução 200 do Conselho Nacional da Assistência Social /MDS
- Guia de orientações para implementação do PROFORT-SUAS publicado
- Assinatura dos Termos de responsabilidade pelos prefeitos
- Lançamento em MG e ES, com oficinas para orientação aos municípios.
- Apoio técnico pelo MDS aos municípios.
- Realização da Caravana PROFORT-SUAS à MG em fevereiro de 2026.

Mais informações: [PROFORT-SUAS Rio Doce – FNAS](#)

Anexo 8 - Saúde

Ministério responsável: MS



Total anexo: R\$ 12 bi

Aportado: R\$ 2,2 bi

Repassado: R\$ 985 mi

PROJETOS APROVADOS

- **Planos de Ação dos Municípios**
Repasse de R\$ 562 milhões (2025) para execução dos Planos Municipais de Saúde de 49 cidades.
- **Plano de Ação do Ministério da Saúde**
R\$ 422 milhões para ações federais executadas pela AgSUS, abrangendo: 57 equipamentos de saúde, 245 veículos (ambulâncias e outros), 20 UBS, 10 CAPS, 5 Centros da Mulher, 20 unidades odontológicas móveis, entre outros itens.
- **Plano de Ação do Ministério da Saúde - Saúde quilombola e de povos e comunidades tradicionais.**
R\$ 18,9 milhões
- **Rede de Pesquisa em Saúde do Rio Doce**
Coordenada pela Fiocruz e com envolvimento das instituições de pesquisa da região, para monitorar e investigar os impactos duradouros do rompimento da barragem de Fundão na saúde das populações atingidas.

DESTAQUES

- **Instituído Câmara Técnica e Comitê Especial Tripartite para governança do Anexo 8**, com representação dos Estados, Municípios e Conselho de Saúde e reuniões mensais.
- **Hospital Universitário da Ufop será implantado em Mariana:**
Protocolo de Intenções assinado entre MS, Ebserh, MEC, UFOP e Prefeitura de Mariana em junho/2025.
Terreno doado pela Prefeitura de Mariana para a UFOP em novembro de 2025.
Projeto arquitetônico contratado pela Ebserh e em elaboração.

Mais informações: [Programa Especial de Saúde do Rio Doce — Ministério da Saúde](#)



CASA CIVIL



Anexo 9 - Saneamento

Ministérios responsáveis: MCID e SEPPI/CC/PR

Minas Gerais: R\$ 211 mi

Espírito Santo: R\$ 100 mi

Valores dos estados
referentes a três
parcelas do Acordo
(2024 a 2026)

MINAS GERAIS

- Estruturação em escala e regionalização: IFC contratado pela CODEMGE para estruturar a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em aproximadamente 200 municípios da região afetada.

- Governança e mobilização municipal em andamento: em articulação com o Comitê Orientador de MG, o IFC inicia em abril/2026 rodadas de visitas institucionais aos municípios âncoras das URAEDs, seguidas de visitas técnicas para levantamento de dados e infraestrutura existente.

Marcos previstos do cronograma:

- mai/2026: conclusão da etapa de diagnóstico e consolidação de diretrizes/premissas do projeto (Fase 1).
- out/2026: início da modelagem e preparação dos documentos (estudos, edital e minutas), com abertura de consulta pública (Fase 2).
- mai/2027: procedimento licitatório e fechamento da transação, incluindo apoio à promoção do projeto e condução do certame (Fase 3).

ESPÍRITO SANTO

- Estruturação contratada e em aceleração: contrato com o BNDES já firmado para estruturação da concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

- Consultorias em contratação e kickoff iminente: o BNDES está em fase final de seleção dos consultores, com previsão de reunião de kickoff na primeira quinzena de abril/2026.

Visão de etapas (macro):

- abr/2026: início dos estudos, diagnóstico e estudos estruturantes (jurídico, socioambiental e anteprojeto de engenharia).
- nov/2027: modelagem final e minutas (insumos para planejamento setorial e desenho contratual).
- mar a jul/2028: preparação para a licitação, incluindo consulta e audiência pública.
- ago/2028: leilão e contratação.

Anexo 10 – Pesca

Ministério responsável: MPA

Total anexo: R\$ 1,5 bi

Aportado: R\$ 22,1 mi

Repassado: R\$ 0

PROPESCA

Plano de Reestruturação da Gestão da Pesca e Aquicultura (PROPESCA)

- Plano concluído: maio de 2025, com consultas aos fóruns de participação social existentes à época da Caravana Interministerial.
- Governança: Grupo Gestor criado em julho de 2025.



Mais Informações:

[PROPESCA — Ministério da Pesca e Aquicultura](#)

FRAP

Fundo Perpétuo da Pesca (FRAP)

1. Grupo gestor recomendou a utilização dos recursos principais do FRAP para execução do PROPESCA, garantindo a perpetuidade do Fundo.
2. Recursos FRAP ainda não executados, aguardando a aprovação da modelagem pelas Instituições de Justiça.

Anexo 14 - Mineração

Ministério responsável: MME

Total: R\$ 1 bi

Aportado: R\$ 51,3 mi

Repassado: R\$ 0

PROJETOS APROVADOS

- **Escritório e painel de barragens (MME/ANM):** Visa a implantação da Plataforma Nacional de Prevenção e Mitigação de Riscos na Mineração e o Painel Público de Risco de Barragens, com foco em fiscalização preventiva e transparência.
- **Projeto Minas - Prevenção e Repressão à Extração Irregular de Recursos Minerais na Bacia do Rio Doce (MJSP/PF):** Reforçar a atuação da Polícia Federal em Minas Gerais para prevenir e reprimir ilícitos minerários na Bacia do Rio Doce, com viaturas especializadas, drones e inteligência de dados.

Plano Nacional de Monitoramento e Prevenção de Riscos na Bacia do Rio Doce, com eixos de transparência, fiscalização e participação social. Propõe projetos como parte do Plano.

Anexo 17 - Ambiental

Ministérios responsáveis: MMA e órgãos vinculados (Ibama e ICMBio)

Total: R\$ 8,13 bi

Aportado: R\$ 510 mi

Repassado R\$ 0

PROJETOS APROVADOS

- **Consolidação das Unidades de Conservação federais na Bacia do Rio Doce e na área costeira marinha (ICMBio)**

Visa desenvolver ações de educação ambiental, gestão participativa e integração com a população local e do entorno; manejo de espécies e habitats para conservação; manejo de espécies exóticas e/ou invasoras; monitoramento da biodiversidade; pesquisa, uso público e turismo em 7 unidades de conservação (UCs). Será executado em parceria com a FEST.

- **Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) (ICMBio)**

Visa avaliar a condição dos ecossistemas do Rio Doce e região costeira e marinha adjacentes, por meio da variação espaço-temporal dos indicadores de impacto definidos no Acordo. Será executado em parceria com a FEST.

NOVO ACORDO
RIO DOCE



CASA CIVIL

GOVERNO DO



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/novo-acordo-do-rio-doce>